

# Atendimento Especializado no Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues

*Maria Rosa da Luz Lopes da Conceição*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os principais dados de uma pesquisa realizada no sistema educacional de Macapá-AP. Com base na legislação vigente acerca da educação inclusiva, verificou-se as dinâmicas das políticas públicas de inclusão no contexto do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma instituição de ensino da capital amapaense. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que possibilitaram a análise de documentos da legislação, normas, pareceres, decretos e leis. contribuindo com o propósito do estudo foi realizado no campo qualitativo-descritivo a coleta dados através de instrumentos de entrevista e observação. Fundamentado na análise dos resultados obtidos com a pesquisa, compreendeu-se que ainda é perceptível a falta de coerência entre a letra da lei e prática dos centros de atendimentos especializados, necessitando de mudanças para o atendimento ao processo de inclusão.

**Palavra-chave** política pública inclusiva; educação especial; instituição especializada; deficiência.

## Abstract

The research aims to analyze the inclusive public policies developed in the educational system in Macapá-AP at the Raimundo nonato Dias Rodrigues Educational Center, based on legislation in force at the national and state level in Macapá. In the work, it was verified the public policies of inclusion in the context of the Political Pedagogical Project (PPP) of the specialized institution object of the study. The research techniques used were bibliographic research based on publications and pertinent studies by authors that address the theme. Documentary research was also used, which enabled knowledge about legislation documents, norms, opinions, decrees and laws. contributing to the purpose of the study, in the qualitative-descriptive field, data were collected through interview and observation instruments. Based on the analysis of the results obtained with the research, it was understood that the lack of coherence between the letter of the law and the practice of specialized service centers is still noticeable, needing changes to meet the inclusion process.

**Key-word** inclusive public policy; special education; specialized institution; deficiency.

## Introdução

No desenvolvimento do trabalho “Atendimento Especializado no Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues” foram analisadas as políticas públicas de inclusão escolar no Amapá, através dos aspectos pertinentes como a elaboração de leis em nível estadual referente a inclusão no contexto escolar. Para corroborar com o estudo se detalha também o lócus da pesquisa, caracterizando o espaço do objeto estudado, assim como na abordagem e procedimentos da pesquisa, no delineamento das etapas do estudo construído dentro da instituição o Centro Educacional Raimundo Dias Nonato (CERNDR).

Enfatizando que apesar do advento da inclusão e mesmo sendo por muitos anos as instituições especializadas as principais responsáveis pela educação da pessoa com deficiência no Brasil, atualmente esses espaços escolares necessitam de uma configuração que alcance os objetivos recomendados pela proposta da educação inclusiva. Nesse sentido relevante a observação e verificação das análises dos dados obtidos com a coleta das informações adquiridas no processo de pesquisa, como também conhecer como a instituição analisada e a forma que utilizar para adequar seu trabalho para responder a educação na perspectiva inclusiva.

Nesse contexto analisou-se as políticas públicas inclusivas desenvolvidas no sistema educacional em Macapá-AP no Centro Educacional Raimundo Nonato Rodrigues. Análise realizada através de entrevistas com os professores que fazem o atendimento educacional individualizado, profissionais do atendimento clínico, como também a equipe de avaliação, coordenação pedagógica e direção, com intuito de investigar o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas no CERNDR.

### 1. Contexto da experiência avaliada

A educação especial no estado do Amapá é fundamentada por políticas públicas estabelecidas em nível nacional, através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, instituída em 2008 com objetivo normatizar essa modalidade educacional em todo Brasil. Os estados e municípios também devem seguir as mesmas determinações, no entanto adequando a realidade e as especificidades de seu sistema educacional.

Assim seguindo as determinações dessa política pública de extrema importância para a inclusão das pessoas com deficiência, estados e municípios possuem autonomia de elaborar políticas condizentes com as instituições de ensino de cada local do país, de acordo com suas peculiaridades e particularidades, levando em consideração os aspectos relevantes do processo de inclusão. Diante dessa determinação da legislação brasileira o estado do Amapá vem construindo políticas que atendam às necessidades dos aspectos inclusivos.

No estado existe a Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), com o objetivo de promover mobilização social dos diversos grupos de pessoas, suas atribuições estão estabelecidas na Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) e no Decreto Estadual 0029, de 03 de janeiro de 2005. As pessoas com deficiência passam a receber atendimento pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONDEAP), participando diretamente das decisões da SIMS

O CONDEAP iniciou suas atividades em 2009, tem a finalidade de fortalecer e implementar políticas públicas que assegurem assistência e atendimento especializado a pessoa com deficiência, bem como eliminar a discriminação e garantir o seu direito à

proteção especial e a plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais no Estado, obedecendo às normas próprias que tratam do tema, em especial, a Lei Federal nº 7853, de 24 de setembro de 1989; o Decreto Federal nº 3298, de 20 de dezembro de 1999; a Resolução nº 17 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE e a Lei Estadual nº 0498, de 04 de janeiro de 2000. (SEED/AP, 2019).

Com advento da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, se estabeleceu diretrizes e normas para o atendimento das pessoas com deficiência na rede regular do ensino comum, a partir desse marco legal as instituições especializadas iniciaram uma ressignificação com intuito de responderem os objetivos do paradigma de inclusão. Relevante que se compreenda que a legislação permite que o AEE seja realizado nesses espaços que antes eram extremamente segregados.

O estado em 24 de junho de 2015 instituiu a lei nº 1907 que dispõe sobre o Plano Estadual de Educação do Amapá (PEE/AP 2015-2025), que visa cumprir do disposto no art. 284 da Constituição de Estado Amapá e em consonância com a Lei Federal nº 13.005, de 26 de junho de 2014. Esse documento especifica as diretrizes para o estado em relação a educação da pessoa com deficiência enfatizando que:

O Plano Estadual de Educação do Amapá está em conformidade com as leis federais direcionadas para a inclusão da pessoa com deficiência. Na meta número 5 são estabelecidas estratégias para esse processo. Dentre as estratégias instituídas está ampliação da oferta de formação continuada, a produção de material didático específico e os serviços de acessibilidade, necessários à inclusão, participação e aprendizagem dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

Outro importante documento criado no estado com o intuito de garantir os direitos a educação das pessoas com deficiência foi o projeto de lei 0305/2017 elaborado pela Assembleia Legislativa do Amapá (ALAP), que dispõe sobre Políticas de Educação Especial para a educação inclusiva a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos de espectro autista e de altas habilidades na Rede Estadual de Ensino.

O contexto histórico e político da educação das pessoas com deficiência que apresentou atuação preponderante das instituições especializadas no Brasil, tanto em termos de atendimento como também na influência de formulações de políticas públicas em Educação Especial. Em uma área que, apesar de passar a constar dos planos políticos, não era prioritária do ponto vista das políticas sociais, o discurso sobre o ambiente menos restritivo e sobre o direito do convívio com os pares considerados normais acompanhou um movimento marcado, até recentemente, em termos de atendimento, pela expansão continuada das instituições filantrópicas de atendimento especializado e pela definição política e administrativa do espaço da classe especial nas escolas. (FERREIRA, 2006, P. 88).

## **2. Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, tendo como base Gil (2008), em relação à natureza da pesquisa será aplicada, a pesquisa apresentará uma abordagem qualitativa, por produzir, conhecimentos direcionados a solucionar problemas característicos de um determinado local, analisando se a prática pedagógica está alinhada com a política públicas inclusivas no Centro educacional Raimundo nonato Dias Rodrigues.

A pesquisa verificou as políticas públicas de inclusão no contexto do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição especializada objeto da pesquisa, através de averiguação das características pertinentes para análise das políticas públicas de inclusão desenvolvidas. A partir da investigação das práticas pedagógicas realizadas no CERNDR para as pessoas com deficiência no atendimento educacional individualizado.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica a partir das publicações e estudos pertinentes de autores que abordam a temática do objeto estudado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses. Utilizou-se também a pesquisa documental que possibilitou o conhecimento acerca de documentos da legislação nacional, normas, pareceres, decretos e leis.

O estudo desses documentos possibilitou a fundamentação da proposta para o desenvolvimento da pesquisa, contribuindo com o propósito do trabalho de campo qualitativo-descritivo que permitiu a coleta dados através de instrumentos de entrevista e observação, oportunizando a compreensão para uma investigação mais concisa e estruturada da prática pedagógica do CERNDR.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados foi utilizada a verificação de documentos que normatizam as atividades da instituição em estudo, o PPP, com objetivo de estabelecer um parâmetro entre os princípios que fundamentam o processo de inclusão e os aspectos que constituem a educação inclusiva na realidade dos atendimentos oferecidos para os alunos com deficiência.

No que se refere aos instrumentos usados para alcançar os objetivos propostos, usou-se entrevistas, sendo aplicada a entrevista semiestruturada para verificar junto aos profissionais tanto do atendimento clínico como pedagógico a sua concepção de inclusão baseadas nas atividades desenvolvidas para os alunos que frequentam esses espaços, esses fatores possibilitaram averiguação das representações que os profissionais possuem acerca da inclusão dentro da instituição especializada.

O estudo foi desenvolvido no Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues uma instituição especializada da rede estadual de ensino do estado do Amapá com 29 professores do AEE, 10 profissionais do atendimento clínico, 03 profissionais da equipe de avaliação multidisciplinar, 02 coordenadores pedagógicos e a direção. Foram usados como estratégia metodológica, entrevistas semiestruturadas individuais com os professores, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos, como também com a direção e pedagogas, sendo três modelos diferenciados divididos em profissionais do AEE, profissionais do atendimento Clínico, direção e coordenação.

### **3. Pesquisa realizada**

No estado do Amapá o CERNDR que desenvolve é uma instituição renomada pelo trabalho foi inaugurado em agosto de 1996, a instituição tem como objetivo oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), Atendimento Clínico e/ou Educacional (ACE), Atendimento Pedagógico e Salas Ambientais Temáticas (SATS), a fim de garantir um serviço de qualidade, visando a inclusão dos educandos.

A instituição também a oferta atendimento específico, visando as necessidades de cada educando; a inter-relação entre profissionais do CERNDR, escola comum e família; proporciona formação continuada para professores e demais profissionais, prioritariamente da rede pública de ensino, que possuem alunos com deficiência intelectual

e transtorno do espectro autista, matriculados na rede regular de ensino; oferece avaliação multidisciplinar no sentido de viabilizar encaminhamentos que orientem os profissionais no fazer pedagógico; ampliar as possibilidades de inserção e inclusão dos educandos público-alvo da educação especial matriculados na instituição no mundo do trabalho; orienta também os pais, responsáveis, técnicos e demais profissionais da equipe multidisciplinar e desenvolve e fomenta projetos que abordem os temas transversais. (PPP/CERNDR, 2018).

O CERNDR possui 19 salas de Atendimento Educacional Especializado, 07 no Atendimento Clínico, uma quadra poliesportiva e uma piscina semiolímpica utilizadas pelos educandos (as) devidamente matriculados. Atualmente a instituição conta com os seguintes espaços físicos:

O CERNDR presta um serviço de referência em Atendimento Educacional Especializado e Clínico em caráter público e atende aproximadamente 485 educandos, oriundos de diversos bairros da capital. Oferece também atendimento de orientação e avaliação para outros municípios do Estado. Dos 440 alunos matriculados no Centro, 55 são matriculados em escolas das redes estadual, municipal e particular e 385 não possuem matrícula, sendo estes últimos atendidos principalmente nos atendimentos de estimulação essencial, estimulação precoce e SATs. Estes atendimentos são realizados por cerca de 96 profissionais e 17 diversas áreas, entre eles: fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e fonoaudiólogos.

#### **4. Resultado final**

No decorrer da pesquisa foram entrevistados 29 profissionais do Atendimento Educacional Especializado, 10 do Atendimento Clínico, 03 da avaliação, 02 coordenadores pedagógicos e o gestor da instituição em estudo.

Todos 46 profissionais com as mais variadas formações: pedagogia (17), Educação física (03), Artes visuais (04), psicologia (01), história (03), Letras (01). Habilitação magistério, fisioterapeutas (05), fonoaudiólogos (03), psicólogos (03), (01) assistente social, (02) coordenadores pedagógicos e (01) diretor.

Os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) quando perguntados se conheciam o trabalho realizado pelo professor de sala de aula do ensino comum ou se elaboravam o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) em conjunto com os professores do ensino regular suas respostas em sua maioria foram negativas. Alguns relataram que Professor do AEE1: “o conhecimento que tenho as vezes é relatado pelos familiares, não há contato com o professor do ensino regular, pelo fato do CERNDR está separado da escola”, Professora do AEE2: “Não, sabemos que os alguns alunos estudam no ensino regular, outros os familiares preferem que fiquem somente no CERNDR”.

Nos relatos os professores demonstram que não há interação entre os profissionais do CERNDR e os professores do ensino regular, essa falta de comunicação ocasiona uma quebra no processo de inclusão. Relevante ressaltar que as atribuições dos professores do AEE vão além do espaço pedagógico que atua, seja em salas de recursos multifuncionais nas escolas ou em instituições especializadas. O professor do AEE pode contribuir com observações e sugestões quanto ao trabalho realizado em sala de aula, isso proporcionará uma intervenção conjunta entre os profissionais, conseqüentemente a criação de novas possibilidades de aprendizagens.

O Plano do AEE ou Plano de desenvolvimento individual necessita ser elaborado de forma colaborativa estabelecendo a articulação com os professores da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais. (BRASIL/MEC/SEESP, 2010).

Os profissionais enfatizaram em suas respostas sobre a contribuição do CERNDR no processo de inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, que esse suporte ocorre principalmente no momento de ofertar de um atendimento que visa o trabalho da autoestima e desenvolve as habilidades sociais, afetivas, em virtude das atividades realizadas na instituição, atividades essas que não priorizam a aprendizagem acadêmica.

Na fala do Professor do AEE5: “Pedagogicamente fortalece a confiança familiar perante as instituições estaduais e municipais, como forma de responder aos anseios e necessidades das pessoas com deficiência. Mas significativamente contribui para a autoestima dos alunos que diariamente são hostilizados e discriminados nas escolas regulares pela falta de política interna das instituições escolares.”

Percebe-se que apesar das dificuldades que a instituição enfrenta em se adequar as diretrizes da educação inclusiva, esse espaço contribui com a aquisição da autonomia, autoestima, linguagem e socialização interpessoal, esses fatores segundo os profissionais colaboram para minimizar as discriminações e resistências que passam nas escolas do ensino comum, reflexo de políticas que garantam acesso e permanência desses alunos nesses ambientes.

As respostas dos professores envolvidos na pesquisa estão condizentes com a finalidade descrita no Plano de Ação do ano de 2019, onde se estabelece de acordo com o PPP da instituição o caráter dos atendimentos educacionais especializados realizados nesse espaço.

Tem por objetivo ampliar o ponto de partida e de chegada do aluno em relação ao seu conhecimento. Não se atém a solucionar os obstáculos da deficiência, mas criar outras formas de interação, de acessar o conhecimento particular e pessoal. É de caráter educacional, mas ao contrário da escola que trabalha o saber universal, o AEE trabalha com o saber particular do aluno, aquilo que traz de casa, de suas convicções visando propiciar uma relação com o saber diferente do que possui ampliar sua autonomia pessoal, garantir outras formas de acesso ao conhecimento. (PLANO DE AÇÃO/CERNDR, 2019).

Na instituição foco da pesquisa também foram entrevistados 10 profissionais do atendimento clínico que atuam com pessoas com deficiência (PCD) e 03 profissionais da equipe de avaliação multidisciplinar.

O conhecimento acerca da inclusão escolar também passa pelos atendimentos clínicos que os profissionais do CERNDR ofertam para os alunos matriculados nessa instituição. Quando perguntados sobre sua concepção de inclusão no contexto escolar, percebe-se que se baseia nas potencialidades dos alunos, que esse processo necessita prioritariamente envolver todos os membros da escola com objetivo de oportunizar acesso e condições para o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência. Os profissionais do atendimento clínico colocam o que entendem por inclusão:

**FONOAUDIOLOGO3:** *na minha opinião, inclusão no contexto escolar seria utilizar meios e recursos que beneficiariam a todos daquele ambiente sem restrição, respeitando as particularidades e especificidades de cada aluno, realizando as devidas adaptações sempre que necessário.*

**FISIOTERAPEUTA3:** *Entendo que só ocorre realmente a inclusão quando há um envolvimento de toda a escola com o aluno, e quando a visão da escola se direciona para as potencialidades do aluno, usando a deficiência como recurso para melhor avaliar como se pode fazer as adaptações necessárias para que os potenciais desses alunos possam ser desenvolvidos.*

**PSICOLOGO2:** *a visão de inclusão não pode ser resumida, apenas, em legislação, mas num contexto mais amplo do que o currículo escolar. Primeira as estruturas físicas, formação e capacitação contínua da comunidade de educadores e os demais profissionais da instituição. Vale lembrar que a família também tem que participar de formação e participação da dinâmica da escola, pois informação há muitas, principalmente no contexto tecnológico (internet), mas a vivência e a orientação dos profissionais da escola são mais significativas.*

Os entrevistados do Atendimento Clínico detalharam de que forma ocorrem seus atendimentos na instituição, sendo específicos em alguns desses atendimentos a finalidade de desenvolver a linguagem e comunicação desses alunos. Nas respostas também se enfatiza que existe um encaminhamento tanto pelos pais como pelos profissionais que atuam no AEE, importante ressaltar que esses professores são na maioria os que trabalham no CERNDR e aqueles da rede regular de ensino que realizam o AEE na sala de recurso multifuncional.

Percebe-se que existe todo um procedimento com critérios estabelecidos e determinados pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do direcionamento do atendimento clínico na instituição especializada, sendo levado em conta no momento desses atendimentos o acolhimento e avaliação de uma equipe de profissionais que verificar vários aspectos de acordo com atendimento sugerido. Demonstrando compromisso e responsabilidade do CERNDR em oferecer qualidade no trabalho desenvolvido.

Relevante frisar que os participantes da pesquisa quando perguntados como os atendimentos que realizam contribui na inclusão escolar do aluno com deficiência especificaram a necessidade do trabalho que realizam e a importância desses alunos estarem sendo acompanhados no CERNDR, ficando explícito que a inclusão nesses atendimentos também corrobora com sua inserção nas escolas do ensino regular.

A parceria com esses profissionais dos atendimentos clínicos de diversas áreas é de suma importância para garantir o acesso dos alunos com deficiência ao ensino regular. Esses atendimentos proporcionam o bem-estar físico e salutar, também atendem as exigências inclusivas educacionais, adequando-o ao público-alvo da educação especial as situações pertinentes que contemplam toda diversidade humana envolvida nesse processo de aceitação e respeito às diferenças.

Os encaminhamentos para o atendimento no CERNDR vêm da equipe de avaliação multidisciplinar que direciona esses alunos aos atendimentos clínicos e pedagógicos na própria instituição, existe neste ambiente uma grande procura pela sociedade do estado do Amapá por vagas, isso ocorre em virtude de CERNDR ser referência no atendimento das pessoas com deficiência. No decorrer da pesquisa também uma parte significativa dessa equipe participou de alguns questionamentos e indagações pertinentes que acrescentaram o estudo. Segundo esses profissionais referentes a importância do seu trabalho para a inclusão destacam que:

**ASSISTENTE SOCIAL1:** *o atendimento que realizo é multiprofissional, ou seja, a minha atuação profissional é compartilhada com outros saberes e assim ajudar na inclusão escolar e social da criança e do adolescente. A escuta qualificada, a orientação técnica e os encaminhamentos dados auxiliam as famílias, os docentes e o próprio aluno no processo de superação das dificuldades no contexto familiar e educacional.*

**PEDAGOGA2:** *os atendimentos ofertados no CERNDR contribuem de forma complementar, suplementar e dar suporte ao ensino regular. São atendimentos que em visibilidade e credibilidade no estado e promovem inclusão.*

No período das entrevistas percebeu-se pelas respostas que a instituição possui organização no serviço que oferta a comunidade, tendo todo um trabalho específico no momento que o aluno adentra o Centro, todos os discentes são avaliados por uma equipe multidisciplinar que acompanhar e avaliar

Nas entrevistas também foi possível verificar segundo direção e coordenação pedagógica que o CERNDR realiza seu contato com a instituição escolar através da equipe de formação continuada que acompanha as escolas, oferecendo também cursos de formação continuada para os professores do AEE/ensino regular e coordenadores, esses profissionais também realizam um trabalho específico com os pais.

Ao instigadas a respeito de como as políticas públicas de inclusão são efetivadas no CERNDR a direção e coordenação responderam de forma quase semelhante pontuando representatividade e a credibilidade que a instituição em virtude do trabalho que realiza na comunidade onde está inserida. A direção disse que: “A existência do CERNDR, bem como os atendimentos por ele ofertados a população, os profissionais que atuam no referido Centro são elementos positivos a efetivação das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e inclusão social das pessoas com deficiência.”

De acordo com o estudo realizado e com as observações e entrevistas com 46 profissionais da instituição percebeu-se que este ambiente mesmo sendo um centro especializado, se constitui um acompanhamento diferenciado as normas e diretrizes das políticas públicas educacionais inclusivas que regulamentam o acesso dos alunos com deficiência a escolarização, portanto esse espaço possui um papel de extrema relevância no contexto contemporâneo, pois é cercado por iniciativas e propostas que propiciam a inclusão da pessoa com deficiência.

O CERNDR procura reorientar as suas práticas diante da perspectiva inclusiva de escolarização dos alunos com deficiência, colaborando com o processo de inclusão escolar, passando realinhar sua ação nesse momento histórico, deixando de ser somente um modelo médico de atendimento, de cunho assistencialista, mas realizando também o modelo social, valorizando assim o ambiente, a interação com o outro, fatores essenciais no paradigma da inclusão, que necessitam caminhar juntos na estratégias para o pleno desenvolvimento de seus alunos.

Segundo a sequência da entrevista foi também perguntado a direção e coordenação qual a contribuição dos atendimentos desenvolvidos no CERNDR para a inclusão de alunos nas instituições do ensino regular. Segundo a direção “ Os alunos que frequentam, o CERNDR certamente tem um maior rendimento no ensino regular, isso nos é relatado pelos próprios pais e profissionais”; coordenação pedagógica relata também que os atendimentos da instituição: “contribui de maneira significativa, visto que os alunos têm oportunidade de acesso a atendimentos pedagógicos e clínicos que contribuem para o avanço do educando no ambiente escolar”



Mediante aos depoimentos é imperativo que se busque um olhar mais abrangente sobre as inquietações e novidades que a inclusão provoca, pois, esses aspectos trazem em seu cerne mudanças, tanto no contexto dos centros de atendimento especializado como também dentro das instituições escolares. Essas transformações alcançam a todos os alunos envolvidos nesse processo, aqueles com ou sem deficiência. A política nacional de Inclusão enfatiza a “perspectiva” que significa segundo os dicionários a esperança, a expectativa, a probabilidade de uma educação inclusiva que crie suporte para que as pessoas com deficiência tenham acesso, permanência e qualidade ao adentre os muros das escolas.

## 5. Proposições

A educação inclusiva propõe que os espaços escolares sejam vivenciados por todos, alunos com ou sem deficiência, assim não cabe mais uma educação meritocrática, homogênea, onde ter acesso limitado e restrito é aceito como sendo uma situação comum. As instituições de ensino que possuem séculos de existência ainda carregam em suas estruturas as marcas de sua criação, pois esse ambiente nos primeiros séculos de seu surgimento era uma inovação que poucos podiam usufruir, sendo frequentado por aqueles que tinham um alto poder aquisitivo.

Seguindo as mudanças do processo de inclusão os Centros especializados necessitam reconfigurar seus métodos, suas propostas e seus objetivos, para atenderem as perspectivas da educação inclusiva abalizadas nas leis nacionais, principalmente na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O estudo foi realizado com 46 profissionais do CERNDR entre professores do AEE, profissionais do atendimento clínico, da avaliação multidisciplinar, coordenação pedagógica e direção da instituição.

O resultado das entrevistas mostra que apesar de ainda carregar em sua prática características do modelo de integração, o Centro procura através de seu PPP e dos atendimentos educacionais especializados modificar sua metodologia, adequando a realidade que pressupõe a inclusão. Com base na análise dos resultados obtidos com a pesquisa compreendeu-se que é perceptível a falta de coerência entre a letra da lei e prática das escolas, isso observou-se principalmente no centro de atendimento especializado em estudo.

No decorrer da pesquisa pode-se observar certa preocupação da instituição em criar meios e estratégias que proporcione suporte para o seu trabalho com seu alunado. Por fim se tem a compreensão da extrema importância e do papel que a instituição possui, mesmo sendo especializada existe a contribuição com o processo de inclusão, desta forma é primordial para o processo de ensino aprendizagem desses alunos, as contribuições que se oferta nesse espaço, ficando através da pesquisa o conhecimento desses fatores, que são essenciais para que se efetive a inclusão no contexto escolar.

## Referências bibliográficas

BRASIL/MEC/SEESP. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: **os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

PPP/CERNDR. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Educacional Raimundo Nonato Dias Rodrigues. Macapá. AP. 2018.

PLANO DE AÇÃO/CERNDR. Plano de Ação. Macapá. AP. 2019.

SEED/AP. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação (CEE). Macapá, AP, 2019. Disponível em: [http://www.seed.ap.gov.br/educacao\\_especial.htm](http://www.seed.ap.gov.br/educacao_especial.htm). Acesso em: 12 maio. 2019.